

A HISTÓRIA POLÍTICA POR MEIO DA IMPRENSA: UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA DA CIDADE DE BAYEUX SOB A ÓTICA DO JORNAL PARAIBANO, A UNIÃO, EM 1944

POLITICAL HISTORY THROUGH THE PRESS: AN ANALYSIS OF THE POLITICS OF THE CITY OF BAYEUX FROM THE PERSPECTIVE OF THE PARAÍBA NEWSPAPER, A UNIÃO, IN 1944

Wendley Chandler Brandão da Silva¹

RESUMO: Esta pesquisa aborda a construção da memória histórica e identidade de Bayeux (PB), vinculando-a ao evento da Segunda Guerra Mundial, quando a cidade recebeu seu nome em homenagem à Bayeux francesa, libertada pelos aliados. Através da análise do jornal A União, destaca-se o papel da imprensa na construção da memória coletiva, mediando eventos locais e globais, e na legitimação política das transformações na cidade. O processo de mudança de nome e a criação de uma praça são vistos como símbolos de memória e transformação, enquanto o jornalismo atuou na formação de uma identidade coletiva, consolidando a memória e a resistência.

I

Palavras-chave: Memória coletiva. Jornalismo. Identidade local. Transformação política.

ABSTRACT: This research addresses the construction of historical memory and identity in Bayeux (PB), linking it to the event of World War II, when the city received its name in honor of the French Bayeux, liberated by the Allies. Through the analysis of the newspaper A União, the role of the press in the construction of collective memory is highlighted, mediating local and global events, and in the political legitimization of transformations in the city. The process of name change and the creation of a square are seen as symbols of memory and transformation, while journalism played a role in the formation of a collective identity, consolidating memory and resistance.

Keywords: Collective memory. Journalism. Local identity. Political transformation.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Paraíba. Linha: História da Educação.

I IMPRENSA E HISTÓRIA POLÍTICA: DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Refletir sobre a possibilidade de escrita da história por meio de fontes impressas exige reconhecer que essa abordagem é relativamente recente. A historiadora Tânia Regina de Luca observa que, mesmo durante a década de 1970, em meio às transformações do fazer historiográfico, poucas pesquisas utilizavam jornais como fonte. Ela ressalta ainda que havia certa resistência em mobilizá-los para a escrita da história²

Cabe destacar que essa relutância encontra explicação na cultura historiográfica predominante ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, orientada pela busca da verdade dos fatos. “Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, além de distanciadas de seu próprio tempo”.³ Nesse contexto, os jornais não eram considerados fontes confiáveis para reconstruir o passado, “(...) uma vez que os mesmos continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”.⁴ Vale ressaltar que as críticas a essa concepção já haviam sido formuladas desde a década de 1930 pela Escola dos Annales. Contudo, o reconhecimento da imprensa como fonte histórica não foi imediato, permanecendo por muito tempo relegada a um lugar marginal no campo historiográfico.

2

De todo modo, foi apenas nas últimas décadas do século XX, com o advento da Terceira Geração dos Annales, que a prática historiográfica passou por transformações significativas. Nesse contexto, emergiram “novos objetos, novos problemas e novas abordagens”⁵ que tenderam a ampliar o campo de trabalho do historiador. Em meio a essas mudanças, houve também uma redefinição da concepção de documento que até então predominava, cujas bases foram discutidas e descritas pelo historiador francês Jacques Le Goff. Torna-se indispensável mencionar seu estudo clássico sobre a questão do Documento/Monumento, no qual aborda a revolução documental promovida pelos fundadores da Escola dos Annales. Nesse trabalho, Le Goff questiona os fundamentos da Historiografia Positivista, caracterizada por sua ênfase no documento escrito, erigido como prova objetiva do fato histórico.

² LUCA, 2006, p. 112.

³ Idem.

⁴ LUCA, 2006, p. 113.

⁵ LE GOFF & NORA, 1995.

Para os positivistas, a objetividade da ciência histórica era garantida pela análise técnica do documento, sustentada por disciplinas auxiliares como paleografia, diplomática e epigrafia. Nesse modelo, o documento era entendido como a base ou a prova do fato histórico. Le Goff, entretanto, contrapõe a esse conceito o de monumento, que remete à ideia de algo criado para lembrar, instruir ou iluminar, frequentemente carregado de intencionalidades impostas pelo poder. Assim, enquanto o documento positivista era tratado como neutro e objetivo, o monumento revela o caráter intencional e construído das fontes históricas. Dessa forma, Le Goff sublinha que ao utilizar o documento como fonte histórica, deve-se reconhecer a ausência de "inocência" nele, pois este carrega marcas de interesses e objetivos específicos. Todo o documento é monumento, na medida em que se não apresenta a si mesmo, antes contém uma intencionalidade. "O documento é, pois, monumento. É o resultado do esforço feito pelas sociedades históricas, para impor ao futuro – querendo-o ou não – determinada imagem de si mesma. Em definitivo não existe um documento-verdade. Todo ele é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo"⁶

A partir daí, modificou-se significativamente o tratamento dado ao corpus documental impresso, promovendo uma mudança no modo de interrogar os textos que "interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam"⁷, mas também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem. Assim, cabe ao historiador que for utilizar os jornais como fontes de pesquisas, em primeiro lugar, procurar saber quais influências sofriam tais órgãos de comunicação, observando as fontes de informação de uma dada publicação: sua tiragem, a área de difusão, as relações estabelecidas com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, etc.

Há de se registrar também que o "retorno"⁸ à História Política nos Annales se deu no interior de sua terceira geração, já por volta de 1976, renascendo com outras preocupações e com uma visão mais ampla, passando esta a assumir novamente um lugar de evidência na produção

⁶ LE GOFF, 1990, pp. 535-549.

⁷ PROST apud LUCA, 2006, p. 114.

⁸ Peter Burke considera inadequado o uso da expressão "retorno", apontando duas razões principais. Primeiro, ao se observar a negligência do campo político por parte de todo o grupo dos Annales nas duas primeiras gerações, muitas vezes se esquece da produção histórica de alguns de seus membros. Exemplos notáveis incluem Marc Bloch, com *Os Reis Taumaturgos*, e outros historiadores como Maurice Agulhon, François Furet, Ernest Labrousse, Michel Vovelle e Emmanuel Le Roy Ladurie, todos ligados ao Partido Comunista Francês no pós-Segunda Guerra. Em segundo lugar, Burke argumenta que esse "retorno" tem um caráter distinto, bem diferente da abordagem dos eruditos do século XIX. Cf. BURKE, 1997, p. 101.

historiográfica, além de se propor a dialogar com outras áreas das Ciências Sociais, como a Sociologia e a Antropologia.⁹

Desse modo, nos últimos anos, a História Política, anteriormente rejeitada e criticada — sobretudo pelas colocações da Escola dos Annales e do Marxismo, que a acusavam de ser excessivamente factual, narrativa, vinculada à escola metódica, centrada nos grandes homens e voltada para os interesses sociais do Estado —, tem passado por significativas mudanças em seu perfil. A ênfase tradicional em uma história focada nas guerras ou nas relações diplomáticas tem decaído consideravelmente. Esse deslocamento deve-se, em grande parte, à ampliação da compreensão da ação política, que passou a ser percebida como algo que ultrapassa os limites do campo formal e político-institucional.

Nesse sentido, vale destacar a importância de uma avaliação da expressão Nova História Política no interior do campo da História Cultural, apontando, assim, para uma retomada da História Política em termos de uma análise dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas, enfim, fato que demonstra a vitalidade da política no interior da produção historiográfica.¹⁰ O estudo do político, a partir desse momento, abrange não apenas a política em seu sentido tradicional, mas também as representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, as memórias coletivas, as mentalidades e as diversas práticas discursivas associadas ao poder. Analisa-se a ação dos indivíduos no campo político, reconhecendo a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que o envolvem. O foco, então, passa a ser a análise dos jogos e das tramas políticas, das representações, das recorrências ao simbólico, além do corpo, das identidades, das emoções, e outros elementos, todos considerados objetos essenciais do

⁹ Peter Burke periodiza que, entre o final dos anos 1960 e 1972 (ano da aposentadoria de Fernand Braudel), ocorreu a transição para a terceira geração dos Annales, conhecida como *Nouvelle Histoire*. A grande novidade dessa fase foi a abertura para novas temáticas, especialmente no nível cultural, com o surgimento da História das Mentalidades. No entanto, as abordagens herdadas da "Era Braudel", especialmente nos níveis econômico e social, continuaram a privilegiar recortes temporais longos e a quantificação em larga escala. Somente em meados da década de 1970 eclodiu uma reviravolta metodológica dentro da *Nouvelle Histoire*, em reação ao uso excessivo do quantitativo no terceiro nível (cultural). Isso levou a uma "viragem antropológica", a um "retorno à política" e ao que foi descrito como um "renascimento da narrativa". Assim, surgiu a História Cultural. Sobre a crise da História das Mentalidades e o consequente surgimento da História Cultural, ver também VAINFAS, 1997. Para um balanço mais amplo sobre a passagem da antiga História Política para a Nova História Política dos anos 1970, ver em LE GOFF, 1972.

¹⁰ A possibilidade de uma Nova História Política também resultou de condicionamentos históricos específicos, como o advento da sociedade pós-industrial, cujas lógicas se baseiam no domínio tecnológico, especialmente na informática, sobre um conjunto de indivíduos impactados pela mídia. A transformação do acontecimento em notícia e a crescente percepção do caráter político das decisões governamentais são outros fatores que contribuíram para essa mudança. Além disso, a universalização da burocracia fez com que as decisões políticas recobrassem sua centralidade, o que, por sua vez, levou a uma politização inevitável dos acontecimentos, das atitudes, dos comportamentos, das ideias e dos discursos. Cf. ARONOVITZ, 1992, pp. 151-176.

"político". Assim, a história política pode ser entendida como um redimensionamento do estudo do poder (entendido aqui como poder político), relacionado à renovação dos temas e das abordagens da disciplina histórica.

Ainda sobre o teor dos estudos da Nova História Política, Sandra Jatahy Pesavento discorre que estes:

“se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas de poder simbólico de coesão social”.¹¹

Assim, enquanto a História Política do século XIX se preocupava com a política dos grandes Estados, muitas vezes conduzida ou influenciada pelos “grandes homens”, a Nova História Política, que começou a se consolidar a partir dos anos 1980, passou a se interessar também por outras formas de “poder” (incluindo os micro-poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder e do discurso, entre outros).

5

Atualmente, a História Política consegue se livrar do estigma de “tradicional”, especialmente devido ao leque de possibilidades interpretativas que abordam as subjetividades humanas, dialogando com a vasta gama teórico-interpretativa da História Cultural. Através da Nova História Política, os acontecimentos de ordem política, antes restringidos por uma pretensa “objetividade” metodológica, agora se renovam e ganham uma nova dinâmica, fundamentada nas dimensões humana e/ou social, com um conjunto de representações e significados que devem ser interpretados e revisados.

Como observamos, as renovações no campo da História Política ocorreram no sentido de apresentar novos objetos, novos problemas e novas abordagens, o que também resultou em um redimensionamento da compreensão de fonte histórica. Nesse contexto, a Nova História Política não poderia deixar de incorporar a imprensa como uma fonte de pesquisa essencial, uma vez que ela registra, cotidianamente, cada movimento nos embates no palco do poder. Por meio das páginas de determinados jornais, podemos perceber, por exemplo, os intensos debates

¹¹ PESAVENTO, 2005, p. 25.

políticos travados, as relações de poder tensas entre Estado e sociedade, bem como as várias propostas de imposição de uma política cultural oficial. Isso demonstra que, embora a imprensa seja uma fonte próxima da História Cultural, ao ser utilizada para responder questões do campo da História Política, ela pode gerar resultados significativos.

A historiadora Tânia Regina de Luca oferece algumas lições de método para o historiador que deseja utilizar o jornal como fonte de pesquisa, destacando a importância de se considerar a materialidade do impresso em sua época. Nesse sentido, é fundamental observar o formato, o tipo de papel, a qualidade da impressão, as cores e as imagens. Diz também que, “as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de circulação”¹². Assim, é importante estar precavido para os aspectos que envolvem a materialidade dos jornais, que nada têm de natural. Tais aspectos apresentados enfatizam:

“(...) a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão de conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação da história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas.”¹³

No que diz respeito ao noticiário dos jornais, Maria de Lourdes Janotti observa que o mesmo:

“(...) não se limita a uma simples constatação do vivido, entre o acontecimento e o texto publicado há diversos mecanismos de apreensão do real: o ponto de vista do repórter-observador, a redação do noticiário, a edição do texto, editoração e arte, imagens do ângulo do fotógrafo, escolha das imagens, espaço disponível e posição política do jornal.”¹⁴

Nesse sentido, a autora destaca que todos esses procedimentos “acabam por criar um outro fato, que ordena os acontecimentos de acordo com uma certa representação simbólica da

¹² LUCA, 2006, p. 131.

¹³ Ibidem, p. 139.

¹⁴ JANOTTI, 2008, p. 101.

realidade". Assim, a narrativa elaborada é "fragmentária, seletiva e subjetiva, contendo em si mesma uma versão própria dos acontecimentos, alinhada às condições tecnológicas e políticas que influenciam a concepção da apresentação gráfica jornalística". Portanto, o texto publicado e sua elaboração estão sempre alinhados ao perfil do jornal que os divulga, de maneira geral. Cabe ao pesquisador que trabalha com esse tipo de fonte observar o que se tornou notícia, sendo sua tarefa identificar as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a determinado acontecimento. Essa análise fornecerá pistas sobre a leitura do passado e do futuro compartilhada pelos seus elaboradores. Assim, por mais comprometido que um jornal possa ser, ele ainda representa uma fonte valiosa, pois reflete as sensibilidades de um grupo jornalístico de uma dada época.

2 UMA ANÁLISE SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA DA CIDADE

O ponto de partida gira em torno do evento que aconteceu no dia 14 de julho, escolhida por ser data maior da França, foi realizada uma grande festa na praça do povoado, construída para este fim, quando o jornal Diário da Noite publica na edição 03522 do dia 14/06/1944:

Viajando incógnito, o comandante Gayral, representante do governo do general De Gaulle, acompanhado de sua esposa e alguns amigos paraibanos, esteve ontem à noite em Bayeux, contemplando o monumento comemorativo, que será inaugurado hoje. Ao contemplar a placa de bronze, com os dizeres "VIVA A FRANÇA", o enviado do embaixador Jules Blondel foi tomado da maior emoção, recebendo carinhosa manifestação de populares que o reconheceram. A presença do comandante Gayral, bem como a realização das Solenidades que terão lugar hoje, às 15:30 horas, na Bayeux paraibana, vem despertando grande interesse nesta capital.¹⁵

Na ocasião o comandante Gayral e sua esposa, enviados do embaixador Jules Blondel à solenidade de inauguração em Bayeux. Viajaram acompanhados do sr. Charpentier, representante dos Franceses Livres em Pernambuco, foram recebidos por autoridades paraibanas nos limites do Estado¹⁶. O visitante Gayral comandante francês esteve com o interventor Ruy Carneiro, fazendo a entrega ao chefe do governo da Paraíba da mensagem do

¹⁵ Texto retirado do arquivo memorial do Jornal diário da noite ed. 03522 do ano de 1944. (Acessado em 20/08/2024);

¹⁶ Renasce a França na libertação de Bayeux. A União, João Pessoa, 14/07/1944. número 158. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/decada-de-1940/1944/julho/a-uniao-14-071944/view>. Acesso em: 19/08/2024.

governo de De Gaulle, de reconhecimento da França à Bayeux paraibana. Na mensagem escrita pelo General De Gaulle chefe do governo provisório da República da França, dizia:

Quero agradecer a Vossência a comovedora ideia de dar a uma cidade da Paraíba, o nome de Bayeux, primeira cidade francesa libertada do jugo nazista. Associando-se, assim como associando os seus compatriotas, à emoção que enterneceu todos os franceses nos primeiros dias da libertação da Pátria, Vossência deu-nos um novo e precioso testemunho da amizade brasileira, que nas horas mais graves se manifesta com tanta solicitude e delicadeza. Nas regiões do norte do Brasil, onde a cidade de São Luís do Maranhão evoca desde mais de três séculos as lembranças do passado comum o nome Bayeux, na Paraíba, ficará em terras brasileiras como um símbolo da perenidade francesa, ao mesmo tempo que como testemunho dessa união que nós queremos cada vez mais estreita entre nossos dois países.¹⁷

A criação de uma praça em Bayeux, Brasil, em homenagem à libertação da cidade homônima na França, ocorrida em 1944, não apenas simboliza a conexão entre eventos históricos globais e o desenvolvimento urbano local, mas também revela como a memória coletiva é materializada no espaço público, moldando a identidade e o patrimônio cultural de uma cidade.

Bayeux foi a primeira cidade da Batalha da Normandia a ser libertada, e em 16 de junho de 1944, o General Charles de Gaulle fez o primeiro de dois grandes discursos em Bayeux em que ele deixou claro que a França tomou o partido dos aliados. Os edifícios em Bayeux permaneceram praticamente intactos durante a Batalha da Normandia, as forças alemãs estavam totalmente envolvidas na defesa de Caen dos Aliados. (Oliveira, 1999); (Badsey, 1990) e (Jackson, 2020).

Bayeux foi a primeira cidade a ser libertada pelas forças aliadas durante a Batalha da Normandia, uma libertação que marcou o início do fim da ocupação alemã na França. (Quellien, 2002 p. 134).

Recorremos a estudos específicos sobre o município de Bayeux e as alterações nele ocorridas em autores como (Oliveira, 1999); (Barbosa, 2001); (Belo 2015) e (Martins Júnior, 2006).

Barreiras, em 1944, teve o seu nome alterado para Bayeux em homenagem a um marco histórico mundial como citado acima, uma cidade francesa chamada Bayeux e sua rua principal

¹⁷ Ibid. ed. 03522 do ano de 1944. (Acessado em 20/08/2024);

a Abdón Milanez também teve seu nome alterado para Av. Liberdade. Em 1948, Bayeux é elevado à categoria de distrito de Santa Rita e é gerido pelos representantes políticos desse município (Oliveira, 1999).

O jornalista Assis Chateaubriand, na época, diretor dos Diários Associados, envaidecido com o desempenho dos soldados brasileiros em terras estrangeiras, pois, acompanhava assiduamente o desenrolar da guerra e, como amigo de Ruy Carneiro, tomou a liberdade de indicar a Vila Barreiras, passagem obrigatória das suas viagens à cidade natal (Umbuzeiros).

E assim, no dia 20 de junho, a vila Barreiras foi denominada de Bayeux através da Lei Nº 454/44, assinada pelo Interventor Ruy Carneiro.

BAY - BAYEUX – PB

Pelo dec. - lei est. n. 454, de 20 de junho de 1944, o povoado de Barreiras, sítio no mun. de Santa Rita, passou a denominar-se... (Tel. 546, de 21 - IV - 1944, pelo DEE de PB, dirigido ao Secribge e registrado na SG sob o n. 3995).¹⁸

BAR - BARREIRAS – PB

Pelo dec. - lei est. n. 454, de 20 de junho de 1944, o povoado de..., sítio no mun. de Santa Rita, passou a denominar-se Bayeux (Tel. 546, de 21 - IV - 1944, pelo DEE de PB, dirigido ao Secribge e registrado na SG sob o n. 3995).

9

A transição entre os anos de 1950 e 1960 trouxe para Bayeux importantes alterações políticas e econômicas. A intervenção estatal (quer em nível municipal, estadual ou federal) foi de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do município. E com a Avenida Liberdade, principal acesso da cidade, não foi diferente, principalmente no que se refere às alterações nas formas de uso. Através da instalação de indústrias e, por conseguinte, de comércio, ao longo do seu percurso, uma nova caracterização passou a se estabelecer. A configuração eminentemente residencial começou a perder espaço para a função industrial e, posteriormente, comercial. (Belo, 2015).

Segundo a dissertação (Barbosa, 2001), dessa maneira, paulatinamente, a principal avenida da cidade passou a ser utilizada para abraçar interesses do grupo político que governava a cidade, o que gerou consequências para todo o município, através do aumento populacional ou de alterações territoriais. Com essas mudanças, principalmente as classes sociais mais abastadas deslocaram-se para além dos limites urbanos até então habituais. Nesse momento de aumento

¹⁸ Através do Decreto-Lei Estadual de nº 454, de 02 de junho de 1944 - (Belo, 2015).

na população e de surgimento de novos contextos econômicos e políticos, Bayeux passou por intensas alterações.

Foi um momento marcado pelo primeiro pleito eleitoral (1960)¹⁹ do recém-emancipado município, no qual se verificou a realização de manobras que beneficiaram grupos empresariais específicos através de isenção de impostos e doação de terrenos que, aliados a outros fatores, colaboraram para garantir a dominação de um determinado grupo político no município²⁰. (BELO, 2015).

O percurso histórico que levou à formação do município de Bayeux foi estabelecido por uma série de transformações cuja representatividade foi além das expressões verificadas em suas dimensões físicas. Foi e é produto da ação humana, da interação que os homens estabelecem entre si e com a natureza, de maneira que determinados grupos passaram a exercer poder sobre esse espaço, dividindo-o e subdividindo-o conforme os seus interesses, criando novas condições sociais, de crescimento territorial, populacionais, econômicas e novas centralidades. Politicamente, a cidade foi comandada pelo mesmo grupo político a partir da primeira legislatura, no ano de 1960, que se estendeu até a sétima legislatura. (Oliveira, 1999).

3 O PAPEL DO JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA: A UNIÃO E A POLÍTICA EM BAYEUX

10

O jornalismo desempenha um papel central na construção da memória histórica e na mediação entre eventos locais e globais. Segundo Jacques Le Goff (1990), a memória coletiva é construída por meio de registros e interpretações que atribuem significado a eventos do passado, influenciando a identidade de grupos e territórios. Nesse sentido, o periódico *A União*, enquanto veículo oficial do estado da Paraíba em 1944, assumiu a função não apenas de registrar os acontecimentos, mas também de estruturar narrativas que legitimaram as transformações políticas e simbólicas que marcaram a cidade de Bayeux.

¹⁹ Nessa eleição, o candidato vitorioso foi o Sr. Geraldo José Santana, o qual já havia sido eleito vereador de Santa Rita na legislatura de 1955 (OLIVEIRA, 2001).

²⁰ Politicamente, a cidade foi comandada pelo mesmo grupo político a partir de sua segunda legislatura, no ano de 1964, que se estendeu até a sétima legislatura, declinando com falecimento do Sr. Lourival Caetano, seu principal líder, em 1992, aproximando de três décadas de forte influência. O Sr. Lourival Caetano iniciou sua trajetória política como vereador e vice-prefeito do município de Santa Rita, antes da emancipação política de Bayeux, a eleições de 1955 e 1959, consecutivamente. Em 1964, foi eleito prefeito do município de Bayeux. Em 1968, elegeu o seu vice no mandato anterior, o Sr. João Marsicano. Em 1973, regressa à prefeitura como 4º prefeito do município. Em 1977, foi eleita a Sra. Severina Freire Melo, esposa do Sr. Lourival Caetano. Em 1978, Lourival elegeu-se Deputado Estadual, com margem expressiva de votos dos bayeenses. Em 1983, elegeu-se com o apoio de Lourival (o até então desconhecido presidente da liga desportiva) o Sr. Pedro Juvêncio da Silva. Em 1989, volta ao cargo de prefeito, elegendose como vice-prefeito o Sr. Expedito Pereira.

A edição de A União de 14 de junho de 1944 destaca a solenidade de inauguração da praça em Bayeux, evento que contou com a presença do comandante Gayral, representante do governo francês, e autoridades locais. De acordo com Pierre Nora (1984), os "lugares de memória" emergem da necessidade de preservar momentos históricos em espaços concretos, e a praça criada em Bayeux exemplifica como o espaço urbano foi instrumentalizado para simbolizar a aliança entre Brasil e França durante a Segunda Guerra Mundial. O jornal, ao relatar os detalhes do evento e ressaltar a mensagem de Charles de Gaulle, reforçou a conexão histórica entre os dois países, configurando a transformação do nome da cidade como um gesto de solidariedade e resistência.

Além de registrar os fatos, A União exerceu um papel ativo na consolidação das mudanças, contribuindo para o que Benedict Anderson (2008) chama de "comunidades imaginadas". O jornalismo, ao dar visibilidade aos acontecimentos, ajudou a construir uma identidade coletiva em torno do novo nome de Bayeux, associando-o a valores universais como liberdade e luta contra a opressão. O relato detalhado da cerimônia e o destaque dado ao reconhecimento francês criaram uma narrativa oficial que conferiu legitimidade à decisão política, moldando a percepção pública da população local e estadual.

o perpetuar essas narrativas, A União demonstrou o poder da imprensa como agente ativo na construção histórica. Como argumenta Marc Ferro (1992), o historiador não deve ignorar o papel dos meios de comunicação na maneira como o passado é transmitido e ressignificado. A atuação do periódico contribuiu para materializar uma memória coletiva que conectava eventos globais a identidades locais, consolidando Bayeux como um espaço simbólico de memória e resistência. Dessa forma, o jornalismo não apenas documentou o momento histórico, mas também ajudou a estruturá-lo como parte integrante do imaginário político e cultural da Paraíba.

II

REFERÊNCIAS

A UNIÃO. As festas de 14 de julho no Brasil. A União, João Pessoa, n. 163, 20 jul. 1944. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/decada-de-1940/1944/julho/auniao-20-07-1944/view. Acesso em: 19 ago. 2024.

A UNIÃO. Renasce a França na libertação de Bayeux. A União, João Pessoa, n. 158, 14 jul. 1944. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/decada-de-1940/1944/julho/a-uniao-14-07-1944/view. Acesso em: 19 ago. 2024.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 320 p.

ARONOVITZ, Stanley. Pós-Modernismo e Política. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Pós-modernismo e Política*. Tradução: Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 151-175.

BARBOSA, Maria Rejane Abreu. *Bayeux: urbanização e implicações sociais e ambientais*. 2001. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

BELO, Maiara Ateciene dos Santos. *Avenida Liberdade: morfologia e estrutura urbana em Bayeux-PB (1960 a 1989)*. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997. 180 p.

DIÁRIO DA NOITE. Inauguração, hoje, da Bayeux brasileira. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, n. 3522, 14 jul. 1944. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=221961_02&pagfis=23388. Acesso em: 19 ago. 2024.

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1999. 280 p.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Imprensa e Ensino na Ditadura*. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O Historiador e seu Tempo: encontros com a História*. São Paulo: Editora UNESOP: ANPUH, 2008. p. 95-116.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos, novos problemas e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. 350 p.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. 540 p.

LUCA, Tania Regina de. *Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-154.

MARTINS JÚNIOR, Everaldo Virgínio. *O processo de ocupação e as questões sociais no bairro de São Bento em Bayeux - PB*. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Ariosvaldo Alves de. *Bayeux: seu povo, sua história*. João Pessoa: A União, 1999. 200 p.

PARAÍBA. Decreto-Lei Estadual nº 454, de 02 de junho de 1944. Dispõe sobre a denominação do povoado de Barreiras. João Pessoa, 1944.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Nova História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 150 p.

PROST, Antoine. Social e Cultural, Indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Para Uma História Cultural. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998. p. 123-138.